

FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS									
CNPJ. 07.922.437/0001-21									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - Em Reais					DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - Em Reais				
ATIVO	Notas Explicativas	2012	2011	PASSIVO	Notas Explicativas	2012	2011	Notas Explicativas	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>	<b>3.4</b>			<b>Receitas Operacionais</b>	
Recursos Próprios		51.081,06	122.723,30	Fornecedores		-	-	<b>4</b>	<b>969.230,66</b>
Recursos com Restrição	<b>6.1</b>	86.012,39	-	Salários e Encargos Sociais		46.122,41	31.219,62		<b>1.031.170,73</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		137.093,45	122.723,30	Obrigações Tributárias/Contribuições		16.499,44	128,25	Receitas Internacionais:	
Aplicação Financeira	<b>3.2</b>	84.603,20	-	Outras contas a pagar		479,50	249,00	De Agências de Cooperação	
Outros Créditos		5.893,84	9.307,73	<b>Projetos Sociais</b>	<b>3.4.1</b>				623.342,50
Despesas Antecipadas		337,19	-	Doações Vinculadas		23.900,00	-		730.977,70
Doações a Receber	<b>3.4.1</b>	23.900,00	-	Doações com Restrição - Rede Fundos		100.672,92	-		1.587,50
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>251.827,68</b>	<b>132.031,03</b>	Outros Projetos Sociais		124.382,00	200.514,20	Receitas Nacionais:	
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>312.056,27</b>	<b>232.111,07</b>	Agências Governamentais	
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>				Doações Pessoas Jurídicas	
Aplicações Financeiras	<b>7</b>	10.104.698,02	8.777.313,19	Patrimônio social		10.000,00	10.000,00	99.106,00	
<b>Imobilizado</b>				Doação	<b>9</b>	6.076.500,00	6.076.500,00	103.512,00	
Bens em Operação	<b>3.3</b>	33.862,04	32.186,04	Superávit Acumulado	<b>3.1.1</b>	2.608.694,78	1.994.458,13	121.177,81	
(-) Depreciações	<b>8</b>	(18.219,52)	(14.224,41)	Superávit do Exercício		1.364.917,17	422.443,83	25.225,90	
<b>Imobilizado Líquido</b>		<b>15.642,52</b>	<b>17.961,63</b>	Ajuste Exerc. Anteriores	<b>7.1</b>	-	191.792,82	-	
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>10.120.340,54</b>	<b>8.795.274,82</b>	<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>10.060.111,95</b>	<b>8.695.194,78</b>	<b>(1.804.850,72)</b>	
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.372.168,22</b>	<b>8.927.305,85</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>10.372.168,22</b>	<b>8.927.305,85</b>	<b>(1.609.502,70)</b>	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Em Reais									
		<b>Patrimônio Social</b>	<b>Doação</b>	<b>Ajustes Exerc.</b>	<b>Superávits Acumulados</b>	<b>Total</b>			
Fundo Patrimonial		10.000,00	-	-	-	10.000,00			
Doações Recebidas (Nota 9)		-	6.076.500,00	-	-	6.076.500,00			
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>10.000,00</b>	<b>6.076.500,00</b>	-	<b>1.440.190,62</b>	<b>7.526.690,62</b>			
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	719,67	-	719,67			
Superávit do exercício		-	-	-	554.267,51	554.267,51			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>10.000,00</b>	<b>6.076.500,00</b>	<b>719,67</b>	<b>1.994.458,13</b>	<b>8.081.677,80</b>			
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 7.1)		-	-	191.073,15	-	191.073,15			
Superávit do exercício		-	-	-	422.443,83	422.443,83			
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>10.000,00</b>	<b>6.076.500,00</b>	<b>191.792,82</b>	<b>2.416.901,96</b>	<b>8.695.194,78</b>			
Superávit do exercício		-	-	-	1.364.917,17	1.364.917,17			
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>10.000,00</b>	<b>6.076.500,00</b>	<b>191.792,82</b>	<b>3.781.819,13</b>	<b>10.060.111,95</b>			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - Em Reais									
<b>1. Contexto Operacional:</b> A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos foi constituída em 23 de dezembro de 2005, através de Escritura de Instituição lavrada às páginas 215/220 do Livro 2.954 do 26º Tabelião de Notas de São Paulo e registrada, no 5º Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica sob o nº 32.486 em 19 de janeiro de 2006. A Entidade é uma fundação de direito privado e de natureza assistencial e cultural, sem fins lucrativos, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.237/2010 a Entidade obedece ao Princípio da Universalidade do Atendimento tendo como objetivo o de assistência e promoção dos direitos humanos, buscando em especial a defesa dos direitos de grupos particularmente vulneráveis e discriminados, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências, mulheres, afro-descendentes, populações indígenas, trabalhadores e migrantes. Conforme a Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de 19/09/2011, as atividades do Fundo Brasil de Direitos Humanos, caracterizam como assessoramento e defesa e garantia dos direitos, no âmbito de Assistência Social. Dentre outras iniciativas, a Fundação poderá adotar as seguintes ações: • Aportar recursos para projetos na defesa e proteção dos direitos humanos, especialmente aqueles caracterizados por aspectos inovadores e aqueles desenvolvidos por organizações de pequeno porte que atendam diretamente o público; Aportar recursos para indivíduos com vistas ao aprimoramento de sua formação como ativistas e especialistas em direitos humanos; • Apoiar intercâmbios envolvendo organizações e indivíduos, inclusive de outros países; Manter cooperação com Fundos e instituições nacionais e estrangeiros; • Ingressar com ações judiciais relacionadas às finalidades da Fundação; • Organizar, promover e incentivar programas que objetivem o desenvolvimento das finalidades da Fundação; e • Executar outras atividades compatíveis com as finalidades da instituição. No exercício de 2012 a Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos apoiou 68 projetos de defesa e garantia de direitos, voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade, suas interpretações Técnicas e Comunicadas Técnicas, em especial à ITG-2002 (Resolução CFC 1409/2012) que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro seguindo as práticas contábeis descritas na Nota 3. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 353 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabelece em seu Artigo 12 que as entidades com atuação preponderante em Assistência Social devem incluir em suas demonstrações a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR. <b>3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:</b> <b>3.1. Apuração do superávit ou déficit:</b> Em consonância com a NBC ITG 2002, os registros contábeis segregam as receitas por área de atuação, programas e projetos, as receitas e despesas são reconhecidas mensalmente respeitando o regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento. <b>3.1.1. Do resultado do exercício:</b> De acordo com o item 15 ITG-2012 Resolução CFC 1409/2012, o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. <b>3.2. Aplicações financeiras circulantes e não circulantes:</b> As aplicações financeiras circulantes são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata e as aplicações não circulantes são representadas por investimentos em títulos da dívida pública que serão mantidos até as suas datas de vencimento. Estão registradas pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. <b>3.3. Imobilizado:</b> É registrado ao custo de aquisição. A Entidade contabilizou as depreciações do ativo imobilizado calculando-as pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica do bem. Nota 8. Os ativos permanentes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment). Nos exercícios de 2012 e 2011 não foram apuradas perdas dessa natureza. <b>3.4. Passivo circulante:</b> São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço. As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. <b>3.4.1. Projetos Sociais</b>									
		<b>2012</b>	<b>2011</b>			<b>2012</b>	<b>2011</b>		
Patrocinador									
Fundação Itaú Social		-	48.543,00						
Kellogg Foundation		-	45.050,20						
Natura Cosméticos S/A		11.882,00	47.945,00						
Itaú Unibanco S/A		12.500,00	-						
Doações para Projetos (pessoa física)		100.000,00	58.976,00						
Doações Vinculadas - Rede de Fundos		100.672,92	-						
Doações Itaipu Binacional		23.900,00	-						
<b>Saldo disponível no fim do período</b>		<b>248.954,92</b>	<b>200.514,20</b>						
Os saldos registrados estão vinculados aos recursos recebidos que serão utilizados em projetos no exercício de 2013. <b>4. Receitas/Custos/Despesas:</b> Os recursos da Entidade são obtidos mediante doações e contribuições espontâneas de pessoas físicas e jurídicas e acordo firmado com agência de cooperação. As receitas de contribuições e doações para custeio são apropriadas em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificados.									
<b>Sergio Haddad - Presidente</b>					<b>Jorge Celso da Silva - CT. CRC 1SP196.805/O-7</b>				
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
<b>A Diretoria da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos - CNPJ: 07.922.437/0001-21.</b> 1. Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit das operações, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:</b> 2. A administração da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. <b>Responsabilidade dos auditores independentes:</b> 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. 4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. 5. Acreditamos									
que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião:</b> 6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Outros assuntos:</b> Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: 7. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de março de 2012, que não conteve qualquer modificação. Porto Alegre, 27 de março de 2013.									
<b>Nilton Antonio Tiellet Borges</b> Contador - CRC/RS "S" "SP" 015.233/O-8 CPF 005.449.140-15 - Registro CVM Ato Declaratório nº 5417, DDU 14.5.99					<b>TSA - Auditores</b> <b>Associados SS</b> CRC/RS "S" "SP" 4.240				